



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

## PROJETO DE LEI Nº 70 /2020

*Estabelece as entidades religiosas e templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de emergência em saúde ou calamidade pública no Município de Itabirito – MG.*

**Art. 1º.** Esta lei estabelece as entidades religiosas e templos de qualquer culto como atividade essencial em período de emergência em saúde ou calamidade pública no Município de Itabirito – MG, sendo vedada a determinação de fechamento total de tais locais.

**Parágrafo Único:** Poderá ser realizada a limitação do número de pessoas presentes em tais locais, de acordo com a gravidade da situação desde que por decisão devidamente fundamentada da autoridade competente, devendo ser mantido o atendimento presencial.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itabirito, 01 de junho de 2020.

*Edson Gonçalves Júnior*

Vereador

Dr. Edson





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

## JUSTIFICATIVA

O artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso VI assim estabelece:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)*

**VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;**

Portanto, da simples leitura do texto constitucional tem-se que é direito fundamental de qualquer pessoa a liberdade de crença **e o livre exercício de cultos religiosos**, sendo que as atividades desenvolvidas pelos templos religiosos se mostram essenciais durante os períodos de crises, pois, além de toda a atividade desenvolvida inclusive na assistência social, o papel dessas instituições impõe atuação com atendimentos



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

presenciais que ajudam a lidar com emoções das pessoas que passam por necessidades.

Vê-se portanto que a Constituição Federal em seu art. 5º, inciso VI garante a liberdade religiosa e o funcionamento de tais locais sem a possibilidade de interferência de poder público. Portanto, o presente projeto de lei visa regulamentar e fechar brechas para uma atuação ilegal.

Ainda, tem-se que tais estabelecimentos possuem papel fundamental para auxiliar na propagação de informação verdadeiras e auxiliam o poder público e as autoridades na organização social em momentos de crises, uma vez que além de oferecerem em diversos casos o auxílio material, auxiliam através da assistência psicológica e espiritual, bem como na orientação para o respeito as ações governamentais.

Ademais, o Decreto Federal 10.282/2020 em seu artigo 3º § 1º, inciso XXXIX estabelece que as entidades religiosas são consideradas serviços essenciais:

## ***Serviços públicos e atividades essenciais***

*Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.*

*§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das*





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

*necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam*

*em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:*

*XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde.*

No Plano Minas Consciente, aderido pelo município de Itabirito, as atividades religiosas não foram inseridas nas ondas por necessitarem de uma ótica diferenciada, além de ser consideradas como serviços essenciais, e que **dada a garantia constitucional de livre exercício dos cultos religiosos, sendo determinado que o Município** deveria manter a regulação durante este momento de pandemia **conforme orientações sanitárias específicas e normativos cabíveis**, principalmente no tocante à possibilidade de aglomeração de pessoas.

Entretanto, o Poder Executivo, **em grave descumprimento de matéria constitucional**, resolveu por meio do Decreto 13.185/2020 determinar o impedimento do funcionamento das entidades religiosas, conforme manifestação juntada aos autos do processo 5000581-08.2020.8.13.0319 no dia 25 de maio de 2020, ao invés de criar normas sanitárias para preservar e equilibrar o direito das entidades religiosas com a saúde pública local.

Desta forma, a fim de evitar novos abusos que possam ferir a normativa constitucional e também resguardar o direito das entidades religiosas no Município de Itabirito – MG e a relevância do tema para a sociedade e a necessidade de



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

preservar os direitos fundamentais, mesmo em época de Decretação de Emergência em Saúde ou Calamidade Pública, pelos fatos e fundamentos expostos, submeto o presente projeto de lei à apreciação dos nobres edis, conclamando o apoio a esta iniciativa.

Itabirito, 01 de junho de 2020.

*Edson Gonçalves Júnior*

Vereador

Dr. Edson

## PROTOCOLO

DATA   /  /  

RECEBIDO POR \_\_\_\_\_

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO	
A Comissão de	_____
Em	____/____/____
Presidente	_____
Aprovado em 1ª Discussão em	____/____/____
Presidente:	_____
Aprovado em 2ª Discussão em	____/____/____
Presidente:	_____
A Comissão de Redação em	____/____/____
Presidente	_____
Aprovado em Redação Final em	____/____/____
Presidente	_____
A Sanção em	____/____/____
Promulgue -se em	____/____/____
Presidente	_____